



Evento: XXXIV Seminário de Iniciação Científica

AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO: DOIS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO E SEUS IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS ¹

Taís Letícia Raasch Schmitt², Elenise Felzke Schonardie³

¹ Pesquisa desenvolvida no âmbito da Iniciação Científica da Unijuí, com financiamento da agência FAPERGS.

² Estudante do 7º Nível do curso Direito da UNIJUÍ, Campus Três Passos, bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - PROBIC/PROBITI-FAPERGS.

³ Doutora em Ciências Sociais (UNISINOS), com estágio Pós-Doutoral em Direito (URI/SAN); Mestre em Direito (UNISIC). Professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito da UNIJUÍ e do curso de graduação em Direito da mesma IES. Coordenadora do projeto de pesquisa "DIREITO À MORADIA, NEOLIBERALISMO E VULNERABILIDADES: a violação de direitos humanos e as consequências ambientais".

INTRODUÇÃO

O agronegócio possui grande importância para a economia brasileira, destacando-se pela produção e exportação de commodities agrícolas. Seu crescimento foi impulsionado pelo avanço tecnológico, pela mecanização e pela ampliação das áreas cultivadas, tornando o Brasil um dos principais participantes do mercado agroexportador mundial.

Paralelamente, a agricultura familiar exerce papel essencial no abastecimento alimentar do país, na geração de empregos e na manutenção das famílias no meio rural. Reconhecida pela Lei nº 11.326/2006, ela contribui para o desenvolvimento das economias locais, embora enfrente desafios relacionados ao acesso à terra, ao crédito e à concorrência com grandes empreendimentos agrícolas.

Nesse cenário, torna-se importante analisar os impactos da expansão do agronegócio sobre a agricultura familiar. Apesar dos benefícios econômicos gerados pelo setor, seu avanço também está associado à concentração fundiária, à expansão da fronteira agrícola e às pressões sobre os recursos naturais, evidenciando a necessidade de um modelo de desenvolvimento rural que concilie crescimento econômico, justiça social e sustentabilidade ambiental.



METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como teórica qualitativa, desenvolvida por meio dos métodos de abordagem hipotético-dedutivo; de procedimento monográfico por meio da pesquisa bibliográfica e documental; e de interpretação jurídica comparativa e sistemática.

Também, foram analisados dados e documentos disponibilizados por instituições como IBGE, Embrapa, CEPEA/USP, Fiocruz, INPE, MapBiomas e FAO, além da Lei nº 11.326/2006, que estabelece as diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar. A partir da análise dessas fontes, buscou-se compreender os impactos econômicos, sociais e ambientais da expansão do agronegócio sobre a agricultura familiar, promovendo uma reflexão crítica acerca das transformações ocorridas no espaço rural brasileiro e dos desafios para um desenvolvimento rural mais sustentável.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A expansão do agronegócio transformou profundamente o espaço rural brasileiro nas últimas décadas. Com o avanço tecnológico, a mecanização da produção e o aumento da demanda internacional por commodities agrícolas, o Brasil consolidou-se como um dos principais exportadores mundiais de produtos como soja, milho, carne bovina, café e açúcar. Esse crescimento fortaleceu a economia nacional, ampliou a participação do país no mercado global e contribuiu significativamente para a geração de riquezas. Segundo estudos do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA/USP), o agronegócio possui grande relevância para o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e para a balança comercial do país, evidenciando sua importância econômica. No entanto, compreender a expansão do agronegócio exige diferenciar esse conceito da agricultura em si. O agronegócio corresponde a uma ampla cadeia econômica que envolve desde a produção de insumos até a comercialização dos produtos agropecuários, favorecendo a concentração de capital. Já a agricultura familiar caracteriza-se por um modelo de produção baseado principalmente no trabalho da própria família e na utilização de propriedades menores. De acordo com a Lei nº 11.326/2006, são considerados agricultores familiares aqueles que desenvolvem atividades econômicas em área de até quatro módulos fiscais, utilizando predominantemente mão de



obra familiar. Essa distinção é importante porque, embora ambos estejam inseridos no meio rural, possuem características, objetivos e formas de organização diferentes.

A agricultura familiar desempenha papel fundamental para a sociedade brasileira. Dados do Censo Agropecuário do IBGE demonstram sua expressiva participação no número de estabelecimentos rurais existentes no país, além de sua importância na geração de empregos e no abastecimento alimentar da população. Nesse sentido, a FAO reconhece que a agricultura familiar contribui não apenas para a produção de alimentos, mas também para a redução da pobreza rural, para a segurança alimentar e para a promoção do desenvolvimento sustentável. Por esse motivo, qualquer análise sobre as transformações ocorridas no campo brasileiro deve considerar a relevância desse segmento para a economia e para a sociedade.

O avanço do agronegócio tem provocado mudanças significativas na ocupação do território. A ampliação das áreas destinadas às monoculturas voltadas para exportação contribuiu para a expansão da fronteira agrícola, especialmente em regiões do Cerrado e da Amazônia. Dados do MapBiomas e do INPE apontam que a conversão de áreas naturais em áreas produtivas está associada ao aumento do desmatamento, à perda da biodiversidade e às alterações dos ecossistemas. Além dos impactos ambientais, esse processo também pode gerar conflitos fundiários e pressionar agricultores familiares e comunidades tradicionais, que muitas vezes enfrentam dificuldades para permanecer em seus territórios diante do avanço das grandes propriedades de monoculturas.

Outro aspecto importante refere-se à forma como o desenvolvimento rural costuma ser compreendido. Em estudos realizados Jordão et al. (2018) criticam a ideia de que o desenvolvimento do campo deve ser medido apenas pelos índices de produtividade e pelo desempenho econômico. Segundo os autores, essa visão tende a valorizar exclusivamente os resultados obtidos pelo agronegócio, deixando em segundo plano aspectos sociais, culturais e ambientais igualmente relevantes. Dessa forma, a agricultura familiar não deve ser vista como um modelo ultrapassado, mas como uma atividade que desempenha funções essenciais para a manutenção da diversidade produtiva, da cultura rural e da segurança alimentar.

Além disso, a expansão do agronegócio está associada ao uso intensivo de tecnologias e insumos químicos, especialmente os agrotóxicos. Embora esses produtos sejam utilizados em diferentes sistemas produtivos, seu consumo é mais expressivo nas grandes



monoculturas voltadas para exportação. Estudos da Fiocruz apontam que o uso inadequado dessas substâncias pode causar impactos à saúde dos trabalhadores rurais, contaminar recursos hídricos e afetar a qualidade ambiental. Em contrapartida, observa-se o crescimento de iniciativas ligadas à agroecologia, especialmente entre agricultores familiares, que buscam alternativas produtivas menos dependentes de insumos químicos e mais alinhadas à conservação dos recursos naturais.

Por outro lado, destaca-se a agricultura familiar, por meio da agroecologia como modelo de produção, que conciliam geração de renda, preservação ambiental e valorização dos conhecimentos tradicionais (Jordão et al., 2024). A agroecologia surge, portanto, como uma proposta que procura fortalecer a agricultura familiar e promover formas mais sustentáveis de desenvolvimento rural. Essa discussão demonstra que o futuro do campo brasileiro não depende apenas do aumento da produção, mas também da capacidade de equilibrar crescimento econômico, justiça social e proteção ambiental.

Embora o agronegócio desempenha papel importante para a economia brasileira, seus impactos ultrapassam a esfera econômica e afetam diretamente as relações sociais, o meio ambiente e a organização do espaço rural. Por essa razão, torna-se necessário pensar modelos de produção e políticas públicas que reconheçam a importância da agricultura familiar e garantam condições para sua permanência e fortalecimento. Afinal, o desenvolvimento rural não deve ser avaliado apenas pelos números das exportações, mas também pela sua capacidade de promover qualidade de vida, inclusão social e sustentabilidade para as populações que vivem e trabalham no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto modelo de produção voltado aos interesses do mercado internacional de *commodities*, conclui-se que o agronegócio desempenha papel importante na economia brasileira, contribuindo para o crescimento das exportações e para a posição do Brasil no mercado internacional, exercendo grande pressão sobre as áreas agrícolas. No entanto, a agricultura familiar permanece essencial para a produção de alimentos, a geração de empregos e a segurança alimentar da população, demonstrando sua relevância para o desenvolvimento econômico e social do país em seu âmbito interno.



A pesquisa demonstrou que a expansão do agronegócio está associada a processos como a ampliação da fronteira agrícola, a concentração de terras e o uso intensivo de agrotóxicos, fatores que geram impactos negativos em termos sociais e ambientais. Dessa forma, o desenvolvimento rural não deve ser avaliado apenas pelos resultados econômicos, mas também pelos seus efeitos sobre a sociedade, o meio ambiente e a permanência das famílias no campo. Nesse sentido, o fortalecimento da agricultura familiar é fundamental para um desenvolvimento rural mais equilibrado e sustentável, em termos sociais e ambientais. Para tanto, destaca-se a necessidade contínua de políticas públicas voltadas ao acesso à terra, ao pequeno crédito e à assistência técnica dos agricultores familiares que podem conciliar crescimento econômico, inclusão social e sustentabilidade. Além disso, o incentivo à agroecologia e a práticas sustentáveis contribui para a preservação ambiental e para a valorização dos pequenos produtores rurais.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Agronegócio. Desenvolvimento. Sustentabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em 10 mai 2026.
- CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA). Indicadores do agronegócio brasileiro. Piracicaba: ESALQ/USP. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br>. Acesso em 10 mai 2026.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). Agricultura familiar. Brasília: Embrapa. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar>. Acesso em 10 mai 2026.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável. Roma: FAO. Disponível em: <https://www.fao.org>. Acesso em 19 mai 2026.
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Agrotóxicos e saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br>. Acesso em 19 mai 2026.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em 19 mai 2026.
- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). Monitoramento do desmatamento da floresta amazônica brasileira por satélite. São José dos Campos: INPE. Disponível em: <https://www.inpe.br>. Acesso em 19 mai 2026.
- JORDÃO, Luciana Ramos et al. Agroecologia e movimentos sociais: horizontes políticos e de pesquisa. Revista de Estudos Interdisciplinares em Sociodiversidade e Direitos, Anápolis, v. 4, n. 1, 2024. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br>. Acesso em 2 jun 2026.
- JORDÃO, Luciana Ramos et al. O atraso como pecha do campesinato e a produtividade como medida de desenvolvimento rural. Revista de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável, v. 4, n. 2, p. 38-54, 2018. Disponível em: <https://www.indexlaw.org>. Acesso em 2 jun 2026.
- MAPBIOMAS. Coleção de mapas anuais de cobertura e uso da terra do Brasil. São Paulo: Projeto MapBiomias. Disponível em: <https://mapbiomas.org>. Acesso em 2 jun 2026.